

Modernidade, Pós-modernidade e Meio Ambiente: paradigmas conceituais e possibilidades de análise

Mayra Silva Nascimento
Universidade Federal do Sergipe

Resumo: O debate sobre a modernidade e a pós-modernidade sempre foi gerido por clivagens analíticas e ideológicas muito diversificadas. Diante disso, o presente artigo elabora um breve mapeamento das discussões em torno desta temática. De modo específico, traz uma discussão referente ao processo de modernização da sociedade e sua relação com os modos de apropriação do meio ambiente proveniente de mudanças tecnológicas por meio da participação social na gestão dos recursos. A partir da literatura utilizada, é admissível concluir que, por um lado, as ciências sociais não entraram em um consenso sobre a discussão analítica e conceitual referente ao conceito de modernidade e de pós-modernidade e, por outro lado, o processo de modernização fez com o que o indivíduo usufruísse dos recursos naturais sem a devida racionalidade ambiental que orienta o conjunto de práticas e processos sociais, causando o que muitos estudiosos chamam de *crise ambiental*.

Palavras-chave: Modernidade; Pós-modernidade; Rupturas; Meio Ambiente.

1. Introdução

Nas ciências sociais, *modernidade* e *pós-modernidade* são dois conceitos norteados por paradigmas analíticos e conceituais muito diversificados. Por um lado, entende-se a modernidade como um projeto proveniente do capitalismo, como movimento estético e até mesmo como uma escola de pensamento (modernismo). Por outro lado, a pós-modernidade é tida como a terceira fase do capitalismo, como a extinção da metanarrativa ou apenas como um processo de ruptura com a modernidade. Numa vertente determinista, estes dois paradigmas podem fazer com que o indivíduo adquira novas identidades para que possa lidar com as perspectivas baseadas na complexidade destes. Porém, concordam numa característica: o caráter transitório dos novos modos de vida.

Deste modo, compete aqui elencar algumas características mais pontuais sobre esses dois conceitos. Na modernidade o Estado-Nação é sua expressão política e cultural; há princípios comuns (constituição e linguagem) e princípios diferenciados (ideia de nacionalidade e valor de troca); há alta divisão social do trabalho e alta diferenciação social, onde o sujeito é considerado a entidade coletiva da ação; tratando-se do sujeito, este se encontra descentrado (sujeito iluminista e sujeito sociológico). Já na pós-modernidade o sujeito está descentrado; a sociedade se organiza em redes; os princípios se baseiam na diferença; e há destaque para o consumo cultural (valor que prevalece sobre o valor de uso e de troca).

O cerne do presente artigo é elaborar um levantamento das discussões que giram em torno do conceito de *modernidade* e de *pós-modernidade* a partir das ciências sociais. Primeiramente, objetiva-se construir uma síntese, a partir do determinismo e do pragmatismo, das principais características e questões postas por estes dois conceitos, bem como apontar as principais colocações no que corresponde à composição e mecanismos de funcionamento da sociedade, tomando como ponto de referência o ator social. No segundo plano será elaborada uma discussão com enfoque para a relação do meio ambiente com o processo de modernização da sociedade.

Para dar conta de tais objetivos é imprescindível a utilização de um referencial teórico que trata de questões relacionadas à temática aqui proposta, através de uma

leitura voltada para a análise do sujeito (BERMAN, 1987; GIDDENS, 1991, 1997, 2002; HARVEY, 1992; EAGLETON, 1993; FEATHERSTONE, 1997; BAUMAN, 1998, 1999; HALL, 2006; KUMAR, 2006), bem como utilizar-se-á um arcabouço que pode ser usado para a discussão referente ao processo de modernização com enfoque para a questão ambiental (ADAM, 1998; LEFF, 2000; YORK *et al.*, 2003; LATOUR, 1998, 1999).

2. Discussão Teórica e Conceitual: A Pós-modernidade e Suas Principais Rupturas Com a Modernidade

De antemão, é válido apontar que estudos indicam que a teoria sociológica encontra-se desordenada pelo fato de ter perdido espaço. Porém, apesar disso é notório apontar nesta teoria alguns temas convergentes, tais como o caráter ativo e reflexivo da conduta humana. Presume que o estruturalismo e o “pós-estruturalismo” atribuem um papel fortemente importante no que se refere à análise sociológica. Assim, a estrutura da ação social permite a compreensão da sociologia moderna, tendo como base o pensamento europeu do século XIX e começo do século XX.

Destarte, o tópico que se segue tem a pretensão de analisar como se configurou, através do referencial teórico, a ruptura da pós-modernidade com a modernidade. É válido ressaltar que esta análise gira em torno de dois eixos centrais: o indivíduo e o pensamento moderno.

Atualmente, é corriqueiro considerar modernidade e modernismo como palavras dotadas do mesmo significado. O modernismo surgiu no final do século XIX no Ocidente, constituiu uma reação à modernidade, já esta última foi uma criação da Idade Média. Os tempos modernos tornaram-se referenciais para a história humana. Conceitualmente, o modernismo não é modernidade, esta última foi uma reação do movimento cultural denominado modernismo que, paradoxalmente, afirmava e negava a modernidade, mas dava continuidade a seus princípios, desafiando-a (KUMAR, 2006). Ainda, segundo o mesmo autor, a modernidade caracteriza-se por três invenções que transformaram o modo de ser dos indivíduos, a saber: a imprensa, a pólvora e a bússola. Diante disso, o modernismo proporcionou um embate com a modernidade em que, de

um lado estavam a ciência, a razão, e o progresso; e do outro estavam as forças de rejeição e refutação ao moderno (BERMAN, 1987).

A partir do Iluminismo, segundo Featherstone (1997), a modernidade é prevista como causadora do destradicionalismo, em que o coletivo seria substituído pelo individualismo, a religião seria substituída pela secularização e o acúmulo de usos e costumes seriam substituídos pela racionalização e pela busca do novo. Em consonância, Kumar (2006), remete a modernidade à verdade, em que os “modernos” estariam mais próximos desta em comparação aos chamados “antigos” e a razão se constitui como novo método para a descoberta da verdade.

Giddens (1991), emprega o termo modernidade num sentido mais geral, referindo-se às formas de comportamento que se espalharam pelo mundo e que teve origem na Europa depois do feudalismo. O autor supracitado defende que para entender a modernidade é necessário entender a industrialização e o processo de globalização, pois é a partir destes dois processos que pode-se analisar as relações sociais originárias dos modos de produção, porém há uma dimensão institucional: o capitalismo - que ocasionou a mercantilização da força de trabalho (Giddens, 1991; 2002). Nesta perspectiva, Berman (1987), possui uma visão demasiadamente pessimista, assinala que a “modernidade é constituída por suas máquinas, das quais os homens e mulheres modernos não passam de reproduções mecânicas” (p. 28).

Caracterizar a modernidade e o modernismo é um exercício, relativamente, mais simples do que caracterizar a pós-modernidade e o pós-modernismo. Estes últimos estão interligados. O pós-modernismo consiste no fim da historicidade, na disseminação entre cultura de elite e cultura de massa. Para isso Freud elucida que a era moderna é caracterizada pela histeria; o mal-estar pós-moderno é visível, expresso na linguagem do cotidiano do trabalho compulsivo, muitas vezes vendido como se fosse lazer ou ócio criativo, desencadeando o estresse. Em contrapartida, quando se fala em pós-modernidade sabe-se que este é um fato contemporâneo e sua principal característica é a descentralidade – o que pode ser analisado a partir da ótica do descentramento do sujeito (KUMAR, 2006).

Este descentramento do sujeito pode ser caracterizado por cinco tipos. O primeiro tipo é regado por conceitos marxistas, defendendo que a história é feita pelos homens a partir dos modos que lhes ofereceram. O segundo segue a ideia do inconsciente de Freud, ou seja, a identidade é formada por processos inconscientes. O terceiro remete-se a Saussure: o sujeito não consegue concluir um significado, não domina sua fala. Já o quarto tipo, considerado o principal, baseia-se nas concepções de Michel Foucault ao criar o chamado “poder disciplinar”, ou seja, todas as dimensões humanas estão sob um controle rígido. Por fim está o descentramento provocado pelo feminismo que possibilitou a queda de várias organizações políticas. É a partir daí que a globalização se desvencilha de forma mais variada e contraditória, fazendo com que a sociedade pós-moderna obtenha outra perspectiva diferente da anterior. Vale destacar aqui que na sociedade pós-moderna o sujeito está “solto”; não possui um referencial (HALL, 2006).

O pós-modernismo remete à cultura do consumo ou sociedade do consumo. Tida como forma de reprodução social, a cultura do consumo é considerada um complexo de signos e imagens flutuantes e fragmentadas (FEATHERSTONE, 1997). Nesse sentido, Eagleton (1993), defende que neste contexto a arte é tida como uma mercadoria, ocasionando a estetização do valor, em que “a estética surge como uma resposta a uma nova situação na sociedade burguesa incipiente, em que os valores se tornam misteriosamente e perigosamente inderiváveis” (p. 275). Assim, o pós-modernismo é oriundo de mudanças no sistema cultural em que, em lugar da ética, da verdade e da totalidade, prevalece a estética.

É a partir dessa sociedade do consumo que Bauman (1999), inclui o conceito de ambivalência, estreitamente ligado ao sujeito e ao determinismo histórico. Esta ambivalência caracteriza-se como um processo que deve ser pensado a partir do mundo moderno. O que muda a ambivalência são as forças coercitivas do consumo – consumidores como mercadorias. Atrelado a isso está o determinismo histórico; em que os caminhos do sujeito são definidos não *a priori*, mas no presente em função do futuro.

No tocante ao campo arquitetônico urbano, o pós-modernismo, para Harvey (1992), se caracteriza como uma ruptura com o modernismo. Os chamados pós-

modernistas se afastam do ideário modernista no que tange à questão do espaço. Ainda, as consequências da Segunda Guerra Mundial possibilitaram o projeto de reconstrução do tecido urbano mundial. Cada país adotou um modelo específico de reformulação de suas paisagens urbanas. As soluções modernistas não podem ser encaradas como fracassos, já que as cidades destruídas no período da guerra foram reconstruídas em um curto espaço de tempo.

Com enfoque para o sujeito/corpo, este na pós-modernidade “se integra na sua identidade” (EAGLETON, 1993, p. 72). Neste caso, o corpo é tido como a junção da natureza com a cultura. O que o difere dos outros objetos é a linguagem e a criatividade, pois estas “nos liberta da prisão dos nossos sentidos, e se torna uma maneira de todo leve de trazermos o mundo conosco” (EAGLETON, 1993, p. 76).

Para Bauman em “O mal-estar da pós-modernidade” (1998), há a busca da liberdade – liberdade individual – e a promessa de segurança é posta de lado pela ansiedade. Tratando-se do meio social, a modernidade abrange padrões, esperança e culpa; e no meio psíquico trata-se da identidade. A pós-modernidade permite-se acompanhar as mudanças econômicas, culturais ou até mesmo no cotidiano do indivíduo e do Estado.

O fato é que muitos estudos indicam que a atualidade encontra-se em risco, em descontrole. Defendem a reconstrução das instituições sociais contemporâneas influenciadas pelo cosmopolitismo. As sociedades encontram-se em risco porque refutam o passado e buscam, incessantemente, a conquista do futuro. Atrelada a essa discussão, criou-se o conceito de modernidade reflexiva – por Giddens, Beck e Lash. Para Giddens (1997), este serviu para tratar da sociedade contemporânea e mostra que a pós-modernidade – nova fase da modernidade – está estreitamente ligada à ambiguidade, onde há a possibilidade de uma modernidade plural.

Diante do exposto anteriormente, podemos evidenciar um mundo pós-moderno, cheio de incertezas e individualidades, em que a objetividade é repudiada. Traz uma nova perspectiva – analítica - de visão para a sociedade moderna. Ainda, há os que defendem que a modernidade não chegou ao fim, pois o traço da diferença ainda é muito presente na sociedade atual. Contudo, é importante ressaltar que a discussão

acondicionada aqui não teve o propósito de apontar qual conceito ou análise pode ser mais adequada para os estudos sobre a modernidade e a pós-modernidade, longe disso. O presente tópico, pautado na elaboração de uma revisão de literatura, se deu numa tentativa de fazer refletir sobre o mundo moderno e pós-moderno a partir do paradigma conceitual.

3. O Processo de Modernização e a Crise Ambiental

A crise ambiental se constitui, atualmente, como um problema básico mundial. Acentuou-se a partir do estabelecimento do modo de produção capitalista, o que possibilitou o processo de modernização e de globalização de grande parte da sociedade. Contudo, os problemas causados ao meio ambiente em detrimento desta modernização foram postos à tona por grandes movimentos sociais e conferências que culminaram em mudanças ideológicas e institucionais no que se refere à questão ambiental no cenário mundial, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. É neste contexto que o segundo tópico deste artigo centra-se na análise sobre os modos de apropriação da natureza a partir do processo de modernização, o que acarretou na chamada “crise ambiental” tão citada no cenário mundial.

No campo das teorias sociológicas, estudos que abordam a interação do humano com o ambiente e as evidências de ameaças à sustentabilidade dos ecossistemas acentuaram-se nos últimos anos. York *et al.*, (2003), assinalam que essas teorias podem ser classificadas a partir de três aspectos, a saber: ecologia humana, modernização e economia política. A maioria dos trabalhos que se debruçaram sobre estes aspectos obtiveram resultados que se contrapõem às teorias da modernização. Estes resultados indicam que questões geográficas, aumento do contingente populacional, processo de urbanização desenfreado e a produção econômica afetam o meio ambiente e que nas condições atuais, a sociedade não conseguirá alcançar a sustentabilidade tanto discutida (YORK *et al.*, 2003).

Além desta perspectiva, existem outras duas concepções que defendem, por um lado, uma crise ambiental e, por outro, uma crise civilizatória. A vertente defendida pela primeira aponta a necessidade da reforma do modelo atual de desenvolvimento, justificando que o capitalismo pode ser incluído neste novo modelo e que o uso de

novas tecnologias ecologicamente formuladas pode mudar a forma de pensar e agir dos indivíduos, inclusive mudando seus valores. Todavia, a segunda vertente discorda plenamente da primeira. Defende que, para que os problemas ambientais sejam resolvidos é necessário se desvencilhar do capitalismo, pois este é o responsável pela crise estrutural que atingiu o meio ambiente. Desse modo, o problema passa a ter um caráter político (KAPLAN, 2001).

Porém, é preciso entender como a questão ambiental foi inserida na sociedade e no meio científico. Para isso, Latour (1999), em seu estudo sobre as políticas da natureza defende que a crise de objetividade é o principal fator que envolve a crise ambiental neste cenário. Defende que jamais poderíamos analisar as questões ambientais separadas de sua relação com os seres humanos. Isso se explica pelo fato de o autor supracitado defender que, na modernidade, a ciência inclui a natureza nas discussões referentes ao indivíduo. Em consonância, em outro momento Latour *et al.*, (1998), assinalam que esta crise é decorrente da sociedade de risco, em que o futuro da sociedade está ligado diretamente com a natureza, não podendo dissociar o humano e o meio ambiente.

Do mesmo modo, Giddens (1994), apresenta o conceito de risco manufaturado, para explicar que atualmente o indivíduo perdeu o controle dele próprio, o que transforma a sociedade contemporânea numa sociedade baseada na incerteza e na imprevisibilidade. Este risco manufaturado resulta da “intervenção humana na natureza e nas condições da vida social” e suas “incertezas (e as oportunidades) são amplamente novas” (GIDDENS, 1994, p. 38).

Metodologicamente, Adam (1998), criou o termo “*timescapes*” para analisar a modernidade e sua relação com uso do meio ambiente, os interesses econômicos, sociais e políticos. A partir deste modelo formulado, é permitido avaliar como o modo de vida atual influenciou decisivamente as mudanças ambientais. Assim como ratifica o argumento de que os riscos ambientais estão relacionados ao crescimento industrial e cita como principal exemplo desses riscos o caso de Chernobyl, mundialmente conhecido.

Outro conceito desenvolvido foi o de racionalidade ambiental. Leff (2002), apresenta as contradições entre as lógicas do capital e os processos ecológicos. E usufruindo do conceito de racionalidade de Max Weber apresenta o conceito de racionalidade ambiental. Esta racionalidade ambiental aciona novos princípios e valores que impedem que algumas estratégias permitam ser avaliadas a partir do modelo de racionalidade suscitado pelo capitalismo. Analisa os processos de legitimação e as possibilidades de realização dos propósitos e objetivos ambientais em contraposição aos modelos vigentes de institucionalização dos mecanismos do mercado, dos interesses econômicos, da razão tecnológica e da lógica do poder estabelecidos (LEFF, 2002).

Em oposição a maioria das teorias que defendem que a crise ambiental está nos problemas causados pelo capitalismo e seu processo de industrialização e globalização é que Hollander (2004), em seu livro intitulado “The Real Environmental Crisis: WhyPoverty, NotAffluence, IstheEnvironment'sNumberOneEnemy”, apresenta o argumento de que a crise ambiental é consequência da condição econômica e social de muitos países. Defende veementemente que é a partir do desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural que se encontrará uma solução para o problema ambiental mundial, como é o caso de muitos países desenvolvidos (democráticos) que elaboram grandes estudos na tentativa de solucioná-lo. Em síntese, o estudo aponta que para que tenhamos um futuro sustentável é necessário que haja a transição da pobreza para a riqueza (HOLLANDER, 2004).

Destarte, esta discussão referente à crise ambiental foi acentuada e inserida em diversos cenários sociais a partir de conferências e movimentos ambientalistas que obtiveram grande visibilidade. Diante disso, o mês de maio de 1968 está caracterizado na história mundial por representar o momento de grandes transformações políticas, culturais e comportamentais. No que tange ao meio ambiente, Oliveira (2008), em sua análise sobre o movimento “Maio de 68” e as mudanças decorrentes em função de movimentos ambientalistas, destaca que essas mobilizações ofereceram a emergência de investigações sobre as questões ambientais na Europa e nos Estados Unidos.

Já a Conferência da Biosfera - realizada em setembro de 1968, em Paris, e organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura) – teve a intenção de convencer os países emergentes quanto a importância de preservação e conservação do meio ambiente. Tratando-se desta conferência, McCormick (1992, p. 98), retrata que esta “discutiu o impacto humano sobre a biosfera, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, o excesso de pastagens, o desmatamento e a drenagem das wetlands”. E, como conclusão do evento, detectou-se que a causa dos problemas ambientais encontrava-se no acelerado crescimento populacional da área urbana e no crescimento das indústrias em decorrência da Revolução Industrial, assim como a falta de políticas de defesa do meio ambiente.

Contudo, a conferência supracitada foi ofuscada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - conhecida por Conferência de Estocolmo – realizada em 1972, na Suécia. Esse ofuscamento, tanto nos estudos quanto nos efeitos perante a sociedade, ocorreu em decorrência da amplitude e impactos que esta última obteve em comparação à primeira.

Porém, é notório que a Conferência de Estocolmo conseguiu fazer com que fosse posto à tona a necessidade de um “despertar de culpa” e conseguiu desmistificar a ideia de que os recursos naturais são inesgotáveis; com isso trouxe a iniciativa para que as primeiras medidas de proteção ao meio ambiente fossem tomadas. Entre essas iniciativas está a dos Estados Unidos que prometeu reduzir a poluição da natureza através da diminuição de suas atividades industriais. Em contrapartida, os países subdesenvolvidos não aprovaram as iniciativas de redução das atividades industriais em virtude das suas políticas de crescimento econômico e industrial. Através desta conferência foi elaborado um novo paradigma ecológico – centrado na Declaração sobre o Meio Ambiente Humano instituída durante a conferência - que considerou a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns, que serviriam de inspiração e orientação para guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente.

Diante do exposto, o presente tópico apresentou uma breve discussão sobre o processo de modernização e a crise ambiental ocasionada pelas formas de apropriação da natureza. No relato exposto, é perceptível que a literatura vigente aponta que a crise ambiental é consequência do processo de industrialização e das transformações pelas

quais passaram os indivíduos na transição da sociedade tradicional para a moderna. Desse modo, a crise ambiental apresenta-se como um sintoma da crise que inquieta a sociedade moderna, assim como traz uma proposta que fundamenta a necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento.

4. Considerações Finais

Como é sabido, nas ciências sociais são recorrentes os conflitos em torno dos pontos de vista, o que leva o pesquisador a inclinar-se para as mais diversificadas abordagens teóricas, o que impossibilita a generalização ou a indicação de qual teoria pode ser mais adequada para explicar os dois conceitos tanto discutidos aqui. Diante desta complexidade, em vias de finalização, o presente artigo propôs elaborar uma discussão em torno da literatura que trata da modernidade e pós-modernidade, com enfoque para o indivíduo; e como este processo influenciou para a exacerbação da crise ambiental da qual tanto se discute atualmente.

No primeiro tópico buscou-se analisar, através de uma revisão da literatura alusiva à teoria social contemporânea, como se configurou a ruptura da pós-modernidade com a modernidade. O que pôde ser observado foi uma diversidade de teorias que defendem desde a modernidade fundada a partir do processo de industrialização, até mesmo a pós-modernidade apenas como uma ruptura com a modernidade. Porém, o que se sabe é que a sociedade contemporânea é caracterizada, principalmente, pelo pluralismo e pela diversidade dos modos de vida.

Já no segundo tópico foi elaborada uma discussão referente ao processo de modernização e sua relação com a crise ambiental. A partir do que foi descrito, a crise ambiental é consequência do processo de industrialização, do modo como os indivíduos se relacionam e usufruem da natureza e das transformações dos modos de vida. Esta crise ambiental indicou um modelo alternativo de desenvolvimento, numa tentativa de relacionar a conservação e a preservação do meio ambiental sem deixar de lado o desenvolvimento econômico; o chamado desenvolvimento sustentável, que

problematiza algumas estruturas de produção e consumo e propõe um novo modelo de civilização pautado numa nova racionalidade produtiva.

Em suma, vive-se em um mundo pós-moderno, cheio de incertezas, individualidades e diferenças, em que a objetividade é repudiada. Esta contemporaneidade traz uma nova perspectiva de visão para a sociedade moderna. Ainda, em termos analíticos há os que defendem que a modernidade não chegou ao fim, pois o traço da diferença ainda é muito presente. Há também os que defendem que a sociedade contemporânea vive uma crise do sistema que levou-nos a hipotecar o futuro (ver entrevista de Z. Bauman à Globo News sobre a crise e a série de protestos que ocorrem em grande parte do mundo).

Referências Bibliográficas

- ADAM, B. **Timescapes of Modernity: The Environment and Invisible Hazards**. London: Routledge, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade**. Companhia das Letras, 1987.
- EAGLETON, T. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FEATHERSTONE, M. Globalizando o Pós-Moderno. *In: O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo, Nobel, 1997.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. SP: Unesp, 1997.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo, Ed Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Layola, 1992.

HOLLANDER, J. M. **The Real Environmental Crisis: Why Poverty, Not Affluence, Is the Environment's Number One Enemy**. University of California Press, 2004, (Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=edR814z0-9oC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

KAPLAN, L. **Crise ambiental ou crise estrutural do capital: análise do discurso das políticas federais em educação ambiental**. V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, Florianópolis/SC, 2011.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

LATOUR, B. **Politiques de La Nature**. Paris: La Découverte, 1999.

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crise dos Meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. Estação Liberdade, São Paulo, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

'**Nós hipotecamos o futuro**', crítica sociólogo polonês (<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2012/01/nos-hipotecamos-o-futuro-critica-sociologo-polones.html>).

Acessado em 14 de julho de 2012.

OLIVEIRA, W. J. F. de. “Maio de 68”, mobilizações ambientalistas e Sociologia Ambiental. **Mediações**, v. 13, n.1-2, p. 87-108, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

YORK, R.; ROSA, E. A.; DIETZ, T. Footprints on the Earth: The Environmental Consequences of Modernity. **American Sociological Review**, Vol. 68, No. 2 (Apr., 2003).